



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD

CERTIFICADO LI N° 337/2013



L I C E N Ç A A M B I E N T A L

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM no uso de suas atribuições, conforme Deliberação Normativa nº 74 de 09 de setembro de 2004, Decreto 44.844, de 25 de junho de 2008 e demais normas específicas, concede à empresa Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, CNPJ 00.399.857/0001-26, **Licença de Instalação**, para atividade de Barragem de irrigação ou perenização para agricultura com deslocamento da população atingida, autorizando a instalação, de acordo com planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes a serem atendidas nas próximas fases de sua implementação, localizado nos Municípios de Francisco Dumont, Claro dos Poções, Engenheiro Navarro e Jequitaiá, no Estado de Minas Gerais conforme processo administrativo de Nº 50229/2004/002/2010, e decisão da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas, em reunião do dia 09/09/2013.

Sem condicionantes

☐

Com condicionantes

☒

(Válida somente acompanhada das condicionantes listadas no anexo)

(A concessão da Licença deverá atender ao art. 6º da DN COPAM 13/95, sob pena de revogação da mesma)

(A revalidação da licença dar-se-á com base nas DN COPAM 017/96 e 023/97)

Autorização para Intervenção Ambiental (AIA), com vencimento 09/09/2019; Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca; Área/Unid: 1.056,13 ha; Bioma: Cerrado; Fisionomia: Cerrado/Cerradão; Produto/Subproduto: lenha; Área de Reserva Legal : 1.820,00 ha; Processo de Outorga/Uso insignificante nº 15393/2010; Modo de Uso: Usos Múltiplos; Vazão: 0,3397 m³/s; Coordenadas: 17° 16' 13,2"; 44° 22' 48,6".

Validade da Licença Ambiental: 06 (seis) anos, com vencimento em 09/09/2019.

Montes Claros, 09 de Setembro de 2013.


Gislando Vinicius Rocha de Souza

Superintendente Regional de Regularização Ambiental do Norte de Minas



O PRESENTE CERTIFICADO SOMENTE TEM VALIDADE ACOMPANHADO DOS ANEXOS I e II, DO TÍTULO AUTORIZATIVO VÁLIDO EMITIDO PELO DNPM, CASO DE MINERAÇÃO DE FANP (CASO DE PETRÓLEO E GÁS). ESTA LICENÇA NÃO DISPENSA, NEM SUBSTITUI A OBTENÇÃO PELO REQUERENTE DE CERTIDÕES, ALVARÁS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Norte de Minas

50229/2004/002/2010
Pág. 1 de 6

Anexo de Condicionantes Nº 1777316/2013 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 50229/2004/002/2010	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Instalação - LI	VALIDADE DA LICENÇA: 06 anos	

PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Licença Prévia	50229/2004/001/2005	Concedida
Outorga	15393/2010	Autorizada
Reserva Legal	06888/2010	Autorizada
AIA	06888/2010	Autorizada com condicionantes

EMPREENDEDOR:	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF	CNPJ:	00.399.857/0001-26
EMPREENDIMENTO:	Projeto Hidroagrícola do Jequitai	CNPJ:	
MUNICÍPIOS:	Jequitai, Claro dos Poções, Francisco Dumont e Engenheiro Navarro	ZONA:	Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): SAD 69	LAT/Y 8.091.076	LONG/X	565.962
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:			
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
BACIA FEDERAL:	Rio São Francisco	BACIA ESTADUAL:	Rio Jequitai
UPGRH:		SUB-BACIA:	Rio Jequitai
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):	CLASSE	
G-05-02-0	Barragem de Irrigação ou perenização para a agricultura com deslocamento da população	6	
CONSULTORIA/RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:		REGISTRO:	
FLORAM LTDA/ Paulo Tarcísio Cassa Louzada – Engenheiro Agrônomo		MG0000034536	
Pedro Carlos Garcia Costa – Fundação Renato Azeredo (FRAMINAS)		MG04. 0.0000023195	
RELATÓRIO DE VISTORIA: 023/2012		DATA:	23/03/2012



ANEXO I

Condicionantes para Licença de Instalação (LI) do Projeto Hidroagrícola Jequitai

Empreendedor: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF

Empreendimento: Projeto Hidroagrícola do Jequitai

Municípios: Jequitai, Claro dos Poções, Francisco Dumont e Engenheiro Navarro

Atividade: Barragem de irrigação ou perenização para a agricultura com deslocamento da população atingida

Código(s) DN 74/04: G-05-02-0

Processo: 50229/2004/002/2010

Validade: 06 anos

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência de Licença de Instalação
02	Elaborar e apresentar a SUPRAM Programa de Mobilização, Capacitação e desmobilização da Mão de Obra Local e Estabelecimento de Convênio com as Prefeituras para implantação de estrutura de apoio ao migrante, com os devidos cronogramas de execução com início previsto antes da efetiva contratação da mão de obra.	120 dias
03	Elaborar e apresentar a SUPRAM Programa de Apoio aos Fornecedores Locais com os devidos cronogramas de execução com início previsto antes da efetiva instalação da obra.	120 dias
04	Implantar, em parceria com as Prefeituras da área de influência do empreendimento, estrutura de apoio ao migrante. A mesma poderá funcionar junto aos postos de atendimento social aprovados pelo CEAS.	120 dias
05	Apresentar parecer de técnico especializado na área, sobre a viabilidade de utilização das técnicas de biotelemetria dentro dos subprogramas propostos de "Monitoramento Intensivo da Ictiofauna como Subsídio à Avaliação de Áreas de Relevante Interesse à Conservação e Manutenção da Diversidade de Peixes do Rio Jequitai" e "Biomonitoramento da Ictiofauna nas diferentes etapas de implantação do Projeto Hidroagrícola Jequitai.	120 dias
06	Apresentar proposta técnica fundamentada de operação do reservatório, quanto à manutenção dos picos de vazão nos períodos de outubro a março, com finalidade manutenção dos ciclos de inundação das planícies alagáveis a jusante dos barramentos.	120 dias



07	Apresentar proposta de investimento na recuperação e conservação das lagoas marginais e ambientes lóticos à jusante como alternativa à construção de mecanismos de transposição de peixes.	120 dias
08	Apresentar relatório final dos monitoramentos da ictiofauna, concluindo a respeito da viabilidade e necessidade de construção da estação de piscicultura no Projeto Hidroagrícola Jequitaiá, conforme descrito no programa de conservação da ictiofauna.	Formalização da LO
09	Apresentar convênio ou outro instrumento legal que comprove parceria com a Estação de Hidrobiologia e Piscicultura de Três Marias, de responsabilidade da CODEVASF, conforme descrito no programa de conservação da Ictiofauna.	Formalização da LO
10	Implantar centro de triagem e reabilitação de animais silvestres. O referido centro de reabilitação poderá ser construído e administrado em parceria com instituições públicas e/ou privadas da região de influência do projeto e deverá atender às orientações constantes da licença do IBAMA.	A partir da autorização do IBAMA.
11	Apresentar resultado do programa do monitoramento do nível piezométrico referente à etapa pré-operacional, com mapeamento das áreas potencialmente afetadas pelo enchimento dos reservatórios e dos poços de monitoramento. Em todos os poços de monitoramento instalados deverão ser efetuadas medidas do nível d'água durante, no mínimo, dois anos antes do enchimento dos reservatórios com periodicidade trimestral.	Formalização da Licença de Operação
12	Apresentar resultado de análise das águas subterrâneas, conforme descrito no programa do monitoramento do nível piezométrico. Deverão ser efetuadas coletas e análises logo no início da implantação do programa. Os parâmetros a serem determinados são aqueles que definem os padrões de potabilidade: odor, cor, turbidez, resíduo seco, pH, alcalinidade hidróxidos, carbonatos e bicarbonatos, dureza total, oxigênio consumido, nitrogênio amoniacal e nitroso, ferro, cloreto, fluoreto, arsênio, cobre, chumbo, zinco, bário, selênio, manganês, cádmio, cromo VI, cianetos, resíduos orgânicos e características microbiológicas.	Formalização da Licença de Operação
13	Implantar 03 estações sismográficas, conforme proposto no Programa de Monitoramento Sismológico.	Durante vigência da Licença
14	Apresentar os relatórios com o resultado do monitoramento sismológico, referente à fase de implantação da obra.	Formalização da Licença de Operação
15	Apoiar à elaboração de instrumentos de planejamento urbano e de uso do solo nos municípios de Jequitaiá, Claro dos Poções, Engenheiro Navarro e Francisco Dumont, sendo: Código de Obras, Lei de Zoneamento e Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.	Durante vigência da Licença



16	Realizar a readequação de infra-estrutura objetivando soluções para as alterações ocasionadas direta ou indiretamente pelo empreendimento. Apresentar relatórios semestrais.	Durante vigência da Licença
17	Apresentar relatórios identificando os possíveis pontos de pressão do empreendimento sobre os serviços públicos de saúde, educação e segurança pública apresentando as soluções para a promoção da adequação dos referidos serviços durante a implantação do empreendimento e, caso necessário, a formalização de convênios com os órgãos públicos responsáveis pelos serviços, conforme proposto no PCA. O relatório deverá ser enviado semestralmente a SUPRAM NM.	Durante vigência da Licença
18	Apresentar relatório sobre as medidas mitigadoras e/ou compensatórias adotadas para as áreas de titularidade mineral e de ocorrências minerais atualmente requeridas e/ou exploradas, beneficiadas ou em vias de exploração, que tiveram restrições ou impedimentos ao desenvolvimento das atividades de exploração mineral, decorrentes da implantação e operação do empreendimento.	Formalização da Licença de Operação
19	Apresentar cópia dos certificados de habilitação dos operadores e cópia do certificado de registro e da autorização do comando do Exército, para o uso de explosivos.	Antes do início das explosões
20	Providenciar a Regularização Ambiental para as atividades listadas na Deliberação Normativa COPAM 74/2004, caso venham ser desenvolvidas no empreendimento, como: postos de abastecimento de combustível, depósito de explosivos, usina de asfalto, jazidas, etc.	Durante vigência da Licença
21	Providenciar a Regularização para Intervenção em Recursos Hídricos (Outorga) para a execução das obras de relocação das estruturas viárias (pontes e bueiros).	Durante vigência da Licença
22	Cumprir o "programa ambiental para construção" descrito no Plano de Controle Ambiental considerando: Supervisão ambiental; Licenciamento ambiental e legislação aplicável; Implantação do Canteiro de Obras; Mobilização e desmobilização de mão-de-obra; Serviços de higiene, saúde e segurança; Educação ambiental aos funcionários da obra; Sinalização ambiental; Educação sanitária orientada aos funcionários da obra; Abastecimento de Água; Controle da destinação dos efluentes líquidos; Coleta e destinação dos resíduos sólidos; Controle das emissões atmosféricas; Poluição sonora e geração de vibrações; Aberturas e intervenções em vias de acesso locais; Transporte de produtos perigosos; Manuseio de derivados de petróleo; Prevenção e controle de derramamentos; Controle de erosão e assoreamento; Supressão de vegetação e remoção da camada superficial de solo orgânico; Recuperação de Áreas Degradadas; Programas de resgate de fauna; Afugentamento da fauna para uso de explosivos; Programa de resgate da Flora e;	Durante vigência da Licença



	Desmobilização do canteiro de obras.	
23	Apresentar aprovação final IPHAN relativo ao Projeto de resgate das áreas onde foram detectados sítios arqueológicos.	Antes das intervenções ambientais nos sítios arqueológicos
24	Abster-se das intervenções ambientais/supressão de vegetação.	Até a concessão da Anuência do IBAMA de que trata a Lei 11.428/06 e Decreto 6.660/08.
25	Protocolar, na Gerência de Compensação Ambiental/Núcleo de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei nº 9.985/00, Decreto estadual nº 45.175/09 e Decreto estadual nº 45.629/11 e conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF Nº.: 55, de 23 de abril de 2012.	60 dias.
26	Protocolar, na Gerência de Compensação Ambiental/Núcleo de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação florestal, de acordo com a Lei 11.428/06 regulamentado pelo Decreto 6660/2008, relativo à intervenção no bioma Mata Atlântica.	60 dias.
27	Protocolar, na Gerência de Compensação Ambiental/Núcleo de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação florestal, de acordo com a Lei 14.309/02 regulamentado pelo Decreto 43.710/2008, relativo à intervenção em área de preservação permanente.	60 dias.
28	Apresentar o Plano de Negociação aprovado pelos atingidos pela barragem, contendo critérios de negociação (proprietários, filhos, meeiros, arrendatários), cadastros físicos das propriedades aprovados pelos impactados, critérios de avaliações das terras e benfeitorias, apoio aos atingidos, que não tenham condição financeira, por meio de contratação perito avaliador (profissional competente com ART). A comprovação do andamento das mesmas deverá se dar através de relatórios contendo as atas das reuniões realizadas, bem como todas as decisões tomadas dentro do processo.	Apresentar o plano 1 dia após a aprovação pelos atingidos. O relatório do andamento da aprovação do plano e das negociações deverá ser apresentado semestralmente à SUPRAM NM
29	“O empreendedor somente poderá suprimir a vegetação de mata atlântica após apresentação de Decreto específico para supressão de mata atlântica nos termos da Lei 11.428/06, firmar termo de compromisso com a Supram/NM de preservação de floresta, comprovar definição das áreas de assentamento e obtenção de autorização específica para resgate de fauna com o IBAMA.	Prazo: antes do início das supressão de mata atlântica.”



* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.

Data/Assinatura

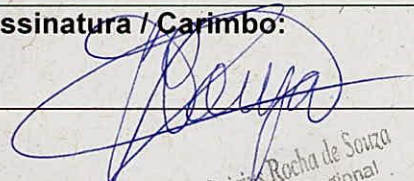
Data:

Montes Claros, 09 de Setembro de 2013.

Superintendente:

Gislando Vinicius Rocha de Souza

Assinatura / Carimbo:


Gislando Vinicius Rocha de Souza
Superintendente Regional
Norte de Minas/SEMAD
Masp: 1182856-3